

EM MEIO AO DOMÍNIO MASCULINO: Uma revisão sistemática internacional sobre mulheres na política

MARCELLA BARBOSA MIRANDA TEIXEIRA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS)

CAROLINA MARIA MOTA SANTOS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS (PUC MINAS)

EM MEIO AO DOMÍNIO MASCULINO: Uma revisão sistemática internacional sobre mulheres na política

INTRODUÇÃO

Mundialmente, as mulheres são minoria nos parlamentos e continuam a enfrentar vários obstáculos em sua luta por maior igualdade política (Barrow-Giles, 2015). Elas constituem mais da metade da população do mundo, mas sua representação na arena política tem sido consistentemente e significativamente menor em comparação aos homens (Opoku, Anyango & Alupo, 2018). Ou seja, apesar do notável progresso nas últimas décadas, as mulheres continuam sub-representadas na política em todo mundo, além de enfrentar discriminação nessa arena (Baskaran & Hessami, 2018).

De acordo com Almeida (2018) era de se esperar que o processo de democratização trouxesse a igualdade de direitos e representação para homens e mulheres, o que ainda não aconteceu. Com isso, as mulheres têm seu papel ainda invisível, pois a política tem sido historicamente considerada uma atividade masculina (Villarga, 2015; Susilo & Sugihartati, 2019). Para Antoniuk (2015), a questão da igualdade de gênero é um problema da vida cotidiana. O aprimoramento da representação das mulheres no governo é essencial para o desenvolvimento social e político e aprimora os processos de tomada de decisão em todos os níveis, melhora a consideração de questões sociais, econômicas, políticas e culturais de um ângulo diferente e, finalmente, ajuda a superar a forma de governança patriarcal.

Dessa forma, este artigo teve como objetivo a realização de uma revisão sistemática da produção científica internacional sobre mulheres na política, para entender como é estudada essa temática e fomentar futuras pesquisas para a área de administração. O período da busca foi de 2015 a 2020, nas bases de dados Scopus e Web of Sciences. A expectativa é de integrar informações de estudos realizados em diferentes cenários para visibilizar resultados relevantes que contribuam no debate e fomentação de futuras pesquisas para a área de administração.

MÉTODO

A revisão sistemática foi realizada por meio da busca nos bancos de dados eletrônicos de artigos científicos Scopus e Web of Science da literatura internacional sobre as mulheres na política no período de 2015 a 2020. A estratégia de busca pelos artigos internacionais utilizou os descritores na língua inglesa: “*women in politics*” (mulheres na política) ou “*woman in politics*” (mulher na política).

A escolha pelas bases Scopus e Web of Science se deu pela abrangência de indexação das bases e a delimitação temporal se justifica pela necessidade de identificar como a temática é tratada atualmente. Os critérios de elegibilidade definidos foram: a) temática - artigos internacionais que tratam sobre mulheres na política; b) produção do tipo artigo ou revisão – não foram considerados livros, capítulos de livros, teses e dissertações; c) período da publicação – artigos publicados no período de 2015 a 2020; d) idioma dos artigos – artigos escritos na língua inglesa ou espanhola.

Inicialmente, foi realizada a busca dos artigos nas plataformas pelos descritores e critérios de elegibilidade mencionados. Cada plataforma possui uma diferente forma de busca dos artigos. Na plataforma Scopus, selecionou-se a busca para documentos (*documents*), nos descritores utilizou-se “*women in politics*” ou (or) “*woman in politics*”, no título do artigo, resumo e palavras-chaves (*article title, abstract and keywords*). Na aba Limits, selecionou o período de publicação do artigo: 2015 ao presente (*present*). No filtro tipo de documento (*document type*), selecionou-se artigo ou revisão (*article or review*). E no tipo de acesso, foi selecionado o acesso aberto (*open access*). Na busca foram encontrados 33 artigos.

Na base de dados Web of Science, foi realizada a busca no item “pesquisa básica”. Utilizou-se os descritores: “*women in politics*” ou (or) “*woman in politics*”, no item “tópico”,

que realiza a pesquisa no título, resumo, nas palavras-chave do autor e no keywords Plus. Além disso, foi selecionado o período de 2015 a 2020, no tópico “tempo estipulado”, selecionando o “intervalo de tempo personalizado”. Após realização da pesquisa, foram selecionados os filtros: tipos de documentos – *article* (artigos); e acesso aberto. Foram encontrados 43 artigos na base de dados Web of Science.

Na segunda fase, foi realizada a leitura dos títulos e resumos dos artigos selecionados na primeira fase. Foram excluídos os artigos que não atendiam os critérios de elegibilidade no quesito idiomas do artigo, sendo 04 artigos na base Scopus e 09 artigos na base Web of Science. Além disso, foi realizada a exclusão dos artigos em duplicidade nas bases, em um total de 14 artigos. Assim, foram selecionados 49 artigos.

Na terceira fase, realizou-se a leitura completa dos 49 artigos selecionados e foram excluídos os artigos que não abordavam a temática proposta, sendo 07 artigos excluídos. Desse modo, foram selecionados para a pesquisa 42 artigos nas duas bases de periódicos. A Figura 1 abaixo apresenta a sistematização do processo de levantamento e avaliação dos artigos encontrados nas bases de dados:

Figura 1 – Fases de seleção do *corpus* da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Para melhor apresentação das pesquisas, dividiu-se os artigos em categorias, de acordo com as temáticas abordadas. Os artigos foram separados em 04 categorias: participação de mulheres na política e políticas institucionais; violência contra mulheres na política; mulheres na política e representação nas mídias; mulheres na política, normas sociais e feminismos.

Participação de mulheres na política e políticas institucionais

Barrow-Giles (2015) fez uma análise sobre a situação da comunidade caribenha anglófona no que diz respeito à democracia, equidade de gênero, participação das mulheres na política e o *status* da violência doméstica e do assédio sexual. Verificou-se que, apesar da assinatura de vários tratados internacionais de equidade de gênero, os países analisados falharam em criar políticas institucionais para o aumento da participação das mulheres na política, que é um ambiente dominado pelos homens e caracterizado pela segregação sexual.

A pesquisa de Antoniuk (2015) buscou analisar a representação das mulheres na política na Ucrânia antes e depois da adoção da política de cotas de gênero de 30% para as eleições locais em 2015. Após análise dos dados coletados, verificou-se que a introdução da cota eleitoral de 30% na lei não teve resultados visíveis na realidade e também não trouxe mudanças na estrutura do sistema político do país. A autora atribui esse acontecimento pela falta de responsabilidade dos partidos, de sua inabilidade de adaptar à nova legislação, e também pela falta de vontade de velhos políticos que impedem as mudanças no sistema. Por fim, para melhorar a situação da representação de mulheres em todos os níveis

governamentais, é necessário, além de adotar uma legislação apropriada, realizar uma ampla campanha na comunidade para a aceitação pública e suporte às mulheres candidatas.

Bogdanović (2016) teve o objetivo de apresentar a situação da participação feminina na Sérvia, por meio da análise de documentos, e entrevistas com mulheres eleitas e com uma amostra do público geral. A autora pontua que a Sérvia é um país regido pelos valores patriarcais e, mesmo as mulheres que participam da política são ainda as responsáveis pelas atividades do lar e dos cuidados com a família. Como resultado, verificou-se que os maiores incentivadores na participação das mulheres na política são esposos e colegas de partidos.

Além disso, um dos principais motivos para a participação dessas mulheres é a possibilidade da mudança da condição de vida, como a melhora no status social da família, maior engajamento no ativismo político e seu efeito que fazem as mulheres passarem de invisíveis para visíveis na sociedade. Sobre os obstáculos enfrentados, lista-se: obrigações familiares, falta de confiança, visão estereotipada de que as mulheres são gentis demais para a política, e falta de credibilidade. Conclui-se que mesmo com a inserção da lei de cotas e de outras políticas, a participação das mulheres na política ainda é pequena, crescendo lentamente. Um dos principais obstáculos é a mentalidade dos homens e das próprias mulheres que ainda atribuem os papéis tradicionais a elas (Bogdanović, 2016).

Ingunzo (2016) teve o objetivo de analisar a situação das mulheres nas esferas políticas em países da Ásia, levando em conta o impacto dos fatores institucionais, como o sistema eleitoral, o regime político e socioeconômico e a posição da mulher nesses países. O estudo foi realizado por um viés quantitativo, por meio de uma análise estatística em duas fases: análise descritiva da presença das mulheres parlamentares e análise explicativa, aplicando as teorias existentes no contexto asiático.

Na primeira fase, verificou-se que a região da Ásia é muito diversa e existem diferenças na participação das mulheres na política. A região apresenta três países com alto nível de participação das mulheres na política: Índia, Bangladesh e Filipinas. Mas possui os cinco piores países: Líbano, Catar, Omã, Iêmen e Kuwait. Na segunda fase, foram estabelecidas hipóteses: 1) não existe correlação estatística significativa entre a presença de mulheres nos parlamentos e a presença de mulheres no executivo; 2) há diferenças nas causas que determinam a participação de mulheres nas câmaras legislativas e executivas; 3) as variáveis explicativas da Ásia variam ligeiramente da Europa e Américas (Ingunzo, 2016).

Os resultados mostram que não se pode refutar a primeira hipótese e a segunda hipótese. Ingunzo (2016) verificou que as variáveis estatísticas significativas para explicar as diferenças nas porcentagens de mulheres no parlamento são: transparência das eleições, existência de ampla liberdade civis e alto nível de desenvolvimento humano; e no executivo: por serem familiares dos chefes anteriores, indo contra ao que é exposto pela literatura para outras realidades. Ou seja, esses resultados mostram que o contexto asiático é bem diferente do que da Europa e América, não podendo refutar também a terceira hipótese. Portanto, percebeu-se que a Ásia é uma região que se destaca pela pouca participação das mulheres nos parlamentos, porém com uma grande trajetória de mulheres que ocuparam o poder executivo.

Felger, Lesinger e Tanta (2017) exploraram a participação das mulheres no governo executivo da Croácia, no período de 1990 a 2016. Além disso, buscou-se comparar os resultados com a situação da Eslovênia, bem como com a proporção de mulheres nos 28 países membros da União Europeia (UE). Realizou-se uma pesquisa quantitativa e os dados foram coletados pelo site oficial dos governos, listando todos os representantes masculinos e femininos eleitos. As hipóteses do estudo são: H1- A proporção de mulheres no governo croata não mostra o aumento esperado em comparação com os homens; H2- As mulheres ocupam apenas posições nos setores "femininos", como educação, cultura e família; H3- A proporção de mulheres no governo croata é semelhante ao da Eslovênia; H4- A proporção de mulheres na Croácia é menor que a participação média nos 28 membros da UE em 2016.

A H1 não pode ser refutada, já que a porcentagem de mulheres no governo não mostra o aumento esperado em comparação com os homens. A H2 pode ser refutada, visto que as mulheres não foram responsáveis apenas pelos ministérios “femininos”, mas também pelos ministérios de finanças, construções e defesa. H3 pode ser refutada, já que a porcentagem de mulheres croatas é inferior à da Eslovênia, a Eslovênia tinha 42% mais mulheres nos ministérios do que a Croácia. Por fim, a H4 não pode ser refutada, pois a porcentagem de mulheres no país é menor que a porcentagem média de mulheres dos 28 países da União Europeia. Como conclusão, percebeu-se que as razões para a baixa se dá pelo tradicional papel da mulher que as mantém longe do poder político (Felger, Lesinger & Tanta, 2017).

Já Almeida (2018) analisa os efeitos positivos da inserção da lei da paridade de gênero no ano de 2006, que pontuou o mínimo de 33% de cada gênero nas listas de candidatos, com o objetivo de verificar se esses efeitos positivos ocorrem também nas eleições municipais do país. Os dados foram coletados nos sites dos municípios, dos partidos políticos e da imprensa de 1974 a 2017. Verificou-se que mesmo sendo evidente a evolução dos direitos das mulheres em Portugal, ainda há um longo caminho a ser conquistado para a equidade de gênero. Isso se dá principalmente a nível municipal, na qual a representação ainda é muito baixa. Pontua-se que as estruturas partidárias são ainda um obstáculo para a presença de mulheres e uma alternativa seria a participação em grupos independentes.

Opoku, Anyango e Alupo (2018) intentaram mensurar a efetividade da política de dois terços de gênero, acessar as contribuições das mulheres na política nacional e discutir as barreiras para a participação das mulheres na política. Para tanto, foi realizado uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas com 30 participantes homens (11) e mulheres (19), dentre políticos, advogados, servidores civis e staffs de ONGs. Verificou-se que ainda existe o domínio masculino na sociedade do Quênia, que é perpassada de valores patriarcais, o que faz com que as mulheres contribuam menos nos espaços de decisões. E que o número baixo de mulheres na política, na visão dos participantes, pode significar que o interesse nas questões de vulneráveis e pobres no Quênia talvez não seja atendido pelo sistema político.

Além disso, observou-se que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres são: falta de compromisso de seguir as leis equalização do gênero na política, prejudicando a efetividade; falta de recursos financeiros para as mulheres para auxiliar nos custos atividades políticas, bem como pelo fato da maioria da população viver na linha da pobreza; ambiente político marcado por violência (ameaças, intimidações, assédios), o que desencoraja a participação de mais mulheres (Opoku, Anyango & Alupo, 2018).

Para avançar no entendimento da sub-representação de mulheres na política, Baskaran e Hessami (2018) utilizaram um grande volume dados (gênero, partido afiliado, lista inicial, lista final, sucesso na obtenção do cargo de vereador e características individuais) colhidos de 109.017 candidatas que concorreram para os cargos de vereadores nos anos de 2001, 2006, 2011 e 2016 em 426 cidades do estado de Hesse na Alemanha. Os dados foram combinados com as eleições dos vereadores e com os dados oficiais das eleições de prefeitos.

A pesquisa intentou identificar se há alguma relação de influência entre a eleição de uma mulher prefeita na posterior eleição de mulheres vereadoras. Para tanto, foi realizada uma pesquisa quantitativa de regressão de descontinuidade com os dados mencionados. Como conclusão, verificou-se que as candidatas a vereadoras na primeira lista avançam mais se o prefeito de seus municípios forem mulheres. As autoras justificam esse achado, pelo fato de que o sucesso de uma mulher na política diminui o preconceito do voto com candidatas mulheres (Baskaran & Hessami, 2018).

Suzuki e Avellaneda (2018) buscou examinar como a representação de mulheres eleitas (prefeitas e legisladoras) e de posições administrativas influenciam as tomadas de decisão sobre finanças públicas em 764 municípios japoneses no período de 2007 a 2012. Os

autores informam que há estudos de economia e administração que sugerem que as atitudes e preferências de mulheres sobre riscos são diferentes das dos homens, sendo que as mulheres são menos dispostas a assumir riscos financeiros.

A partir de uma pesquisa quantitativa, Suzuki e Avellaneda (2018) elaboraram três hipóteses: h1-representação feminina nas legislaturas locais e nas posições de gestão pública é negativamente relacionada com a conduta de risco na tomada de decisão fiscal; h2a-representação conservadora nas legislaturas locais é negativamente relacionada com a conduta de risco na tomada de decisão; h2b-quanto maior o número de legisladores conservadores e maior o número de mulheres legisladoras, maior será a conduta de risco na tomada de decisão; h3-competência das mulheres legisladoras é positivamente relacionada com a conduta de risco na tomada de decisão. Verificou-se que a representação de mulheres na política do Japão é muito baixa e que a representação feminina nos governos locais está positivamente relacionada com a conduta de risco na tomada de decisão financeiras, e que a representação feminina na posição de gestão administrativa não possui efeitos nas decisões financeiras. Além disso, o estudo mostrou que não se pode refutar as hipóteses h2 e h3.

Em seu artigo, Kalaramadam (2018) questiona o porquê que a presença não traduz em participação das mulheres na política em um distrito do sul da Índia, considerando as políticas de cotas de gênero e a representação das mulheres eleitas, questionando os fatores críticos e processos sociais no dia a dia da representação das mulheres eleitas que molda a transformação da presença delas na participação política e da participação na representação. Além da questão de gênero, o país lida também com as questões de castas. A autora verificou que a participação e representação são momentos do processo de democratização, em que um depende do outro para o sucesso. A reestruturação do governo e a presença da representação de mulheres eleitas e de outros grupos marginalizados, como de castas mais baixas, revelam presença e participação, representação e desenvolvimento.

Também realizando a pesquisa na Índia, Jensenius (2016) teve o objetivo de mostrar como o efeito interseccional das cotas pode também variar com o mesmo contexto institucional, como mudanças nas pressões para incluir grupos excluídos interagem com as estruturas informais de oportunidades dentro dos partidos políticos. Por meio de dados de eleições ocorridas entre 1961 e 2015 na Índia, a autora observou como as cotas de minorias para Castas e Tribos interagiram com os esforços para trazer mais candidatas para as eleições das assembleias estaduais e para o parlamento federal.

O que se percebeu no estudo é que, na Índia, as mulheres de grupos minoritários foram nomeadas a uma taxa consideravelmente mais alta do que outras mulheres nos últimos anos. Este aumento de mulheres de grupos minoritários significa que, na verdade, houve pouco aumento na nomeação do grupo majoritário mulheres, e que a inclusão de mais mulheres aconteceu, principalmente, à custa de homens do grupo minoritário, não homens do grupo majoritário. Dessa forma, verifica-se que a Índia é um país de domínio masculino em que há uma inequidade entre gênero e casta no exercício do poder (Jensenius, 2016).

Riley (2019) buscou examinar a complexa e disputada prática de fazer política entre mulheres no Senegal, explorando as práticas políticas de mulheres nas performances de feminilidade, generosidade e hospitalidade (teranga ethos). Para tanto, entrevistou-se três mulheres que ocupam cargos na política, Aida Mbodj, Ndéye Soukeye Gueye e Aminata Touré. A autora apresenta a história dessas mulheres e aspectos da cultura senegalesa, na qual as mulheres devem ser femininas, tem que ser arrumadas, generosas e hospitaleiras.

Duas entrevistadas se mostram dessa maneira, mas uma delas é criticada por ser ocidentalizada demais e por não seguir a cultura e os rituais da vida social do país. Percebeu-se então que por meio da performance de hospitalidade como uma forma de fazer política, as mulheres que conquistaram grande presença na política do Senegal tornaram essa maneira cultural em uma oportunidade política. Verificou-se que o país leva muito em consideração as

pessoas, principalmente mulheres, que baseiam sua identidade e prática política no conceito de hospitalidade, demonstrando sucesso nessa maneira de fazer política (Riley, 2019).

Moniruzzaman e Farzana (2019) examinaram a participação política das mulheres em países muçulmanos da Ásia Central - Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão -, analisando a relação entre sociedade, gênero e política. A pesquisa foi realizada a partir de indicadores micro, macro e meso-nível, sendo eles: identidade e papel social, política partidária e representação parlamentar, e ONGs/movimento feminista. Os dados provêm de estatísticas do governo e dados da IPU (Inter-Parliamentary Union).

Percebeu-se que na Ásia central, governo e a sociedade em geral são lentos para permitir o acesso na política pelas mulheres, mas cada vez mais a tendência mostra um desenvolvimento positivo. Os dados da pesquisa mostram indicativos de melhoria da participação política das mulheres nos países. Em termos de representação parlamentar, verifica-se que esses países estão em melhor situação do que muitas democracias maduras. No que diz respeito à participação informal, como em ONGs, a região registra melhor visibilidade para as mulheres na política (Moniruzzaman & Farzana, 2019).

Goddard (2019) tentou verificar como as atitudes e motivações de líderes de partidos influenciam na alocação dos cargos de ministros homens e mulheres. A pesquisa é quantitativa, baseada no modelo de regressão logística, com dados já existentes de 7.005 nomeações para ministros de 29 países europeus de 1980 até 2014. As hipóteses da pesquisa são: h1-nomeações para o núcleo principal de ministros é menos propenso de ser mulheres; h2-nomeações de ministros em pastas que são mais relevantes para partidos políticos são menos propensas a ser de mulheres; h3-há menos diferença de gênero nas pastas alocadas por partidos da esquerda do que partidos da direita; h4-ministérios considerados como femininos são mais propensos a serem ocupados por mulheres; h5-há menos diferença de gênero na alocação das pastas para partidos que os votos tem mais atitudes de equidade de gênero.

Verificou-se que os homens são três vezes mais propensos a serem nomeados em pastas principais do que mulheres, que elas são significativamente mais propensas a serem nomeadas para pastas consideradas femininas do que eles, bem como de serem menos propensas a assumirem áreas neutras. Percebeu-se também que a ideologia do partido pode influenciar na nomeação de mulheres, já que elas são duas vezes menos propensas de serem nomeadas as pastas consideradas masculinas em um partido de direita do que em um partido de esquerda. Assim, as cinco hipóteses da pesquisa não foram refutadas (Goddard, 2019).

Schmidt (2020) apresenta um artigo referente à eleição de mulheres na política e os sistemas eleitorais de listas aberta e fechada. O autor descreve os diferentes sistemas usados nas eleições municipais (lista fechada) e parlamentares (lista aberta) no Peru e analisa as disparidades de gênero entre a cidade de Lima e as províncias. As hipóteses do estudo são: h1 – candidatas mulheres saem melhores com a lista aberta em Lima do que nas províncias; h2 – diferenças na eleição de mulheres com estruturas de voto alternativas, lista aberta e lista fechada, deve ser maior nas províncias do que na capital.

Para verificação das hipóteses da pesquisa, o autor utilizou dados de eleições passadas no Peru e baseou-se na literatura, principalmente no estudo de Valdini (2013). Como conclusão, verificou-se que, no Peru, o contexto econômico e a cultura política em Lima são mais favoráveis para o sucesso das mulheres candidatas do que no resto do país. Percebeu-se que não se pode refutar as duas hipóteses, mesmo com as diferenças nos distritos e na variação do sistema partidário (Schmidt, 2020).

Violência contra mulheres na política

De acordo com Krook (2018a), em 2012, a Bolívia foi o primeiro país do mundo a criminalizar a violência sofrida pelas mulheres na política. Após esse fato, a temática começou a ser abordada nas convenções, como IPU (Inter-Parliamentary Union) e UN

Women (United Nations), bem como a ser tratada em pesquisas acadêmicas, principalmente na América Latina, com o objetivo de conceituar o fenômeno, teorizar a origem, mapear suas formas de manifestação e criar soluções para combatê-la.

Em sua pesquisa, Sanín (2018) refletiu sobre o impacto das definições legais realizadas na Bolívia, pela Lei 243, que criminaliza a violência contra as mulheres. A Comissão Interamericana de Mulheres publicou um modelo de lei, baseado na experiência da Bolívia, para servir de inspiração para outras medidas legislativas na região. A principal crítica é que, apesar dos benefícios da tipificação da violência contra as mulheres na política e das específicas sanções, essas definições legais apenas levam em consideração parte da perspectiva em como as vítimas experimentam a violência, além de considerar a violência como ações pontuais, no lugar de uma parte e parcela de um problema. Ou seja, na maior parte dos casos há diferentes manifestações de violência para a mesma vítima e por um longo período e isso não é levado em consideração na lei. Conclui-se que a violência contra as mulheres na política não deveria ser apenas entendida como uma violação para elas, mas também para a prática eleitoral e para os princípios democráticos.

Ballington (2018) realizou uma pesquisa abordando a temática violência contra as mulheres na política, com o objetivo de examinar a extensão da mensuração desses dados, identificando lacunas nas mensurações e considerando novas oportunidades de mensuração e monitoramento. Mesmo com a gravidade e com o aumento da violência contra mulheres na política, não há estatísticas globais ou mensurações disponíveis na prevalência e incidência e, um senso comum nas definições e indicadores.

A autora considera que os programas de monitoramento da violência na política e os estudos de caso e testemunho podem ser potenciais maneiras de captar dados quantitativos e qualitativos sobre a temática. Percebeu-se que esses variados recursos de coleta de dados podem ajudar no desenvolvimento de uma mensuração padrão para o fenômeno, por uma grande chamada para coleta de dados em uma pesquisa através de acordos internacionais pelos Estados e por um acordo mínimo de indicadores, métodos e diretrizes para a coleta de dados, melhorando a comparabilidade dos dados entre os países (Ballington, 2018).

Kuperberg (2018) buscou mesclar a teoria interseccional com a violência contra as mulheres na política. Para ela, as mulheres não possuem apenas uma identidade e, por isso, são impactadas pela intersecção de estruturas de opressão que incluem sexismo. Ou seja, as mulheres na política não são um grupo homogêneo e suas experiências na política não são limitadas a apenas seu gênero. Com isso, o artigo perpassa por três questões: como é a violência contra mulher na política em uma visão interseccional? Quais métodos podem ser utilizados para conduzir uma análise interseccional? Como uma abordagem interseccional pode adicionar na compreensão teórica e empírica da violência contra mulheres na política?

A forma da violência contra mulher na política pode variar de acordo com o contexto, podendo ser pela habilidade, sexualidade, raça e etnia, religião, linguagem, religião, geografia e posicionamento político. Sobre os métodos para conduzir as pesquisas, a autora defende a utilização de múltiplos métodos qualitativos e quantitativos. Verificou-se que uma abordagem interseccional da violência contra mulher na política encoraja pesquisas que buscam identificar discursos violentos por grupos marginalizados na política (Kuperberg, 2018).

Krook (2018b) considera o assédio sexual como um problema cultural e sistemático que não é apenas uma ação de um indivíduo particular. Dessa forma, a autora tem o objetivo de informar a situação Britânica sobre o assédio sexual na política, apresentando alguns episódios em que houve o assédio sexual contra mulheres. Argumenta-se que a violência contra mulheres na política não pode ser tratada como comum ou normal, já que pode afetar, além da equidade, a democracia como um todo. Também pode afetar a efetividade do trabalho realizado pelas mulheres na política e ser considerado como uma barreira para o sucesso na

carreira política das mulheres. Por fim, pode trazer implicações na representação das mulheres, distorcer a conduta política e diminuir a transparência e a responsabilidade.

Krook e Sanín (2019) consideram a violência contra as mulheres na política como originada da violência estrutural e como uma barreira significativa para a participação delas na política. Porém, a conceptualização desse fenômeno ainda possui ambiguidades. Com isso, as autoras pretenderam fortalecer teórica, empírica e metodologicamente esse fenômeno e, baseadas na literatura de crimes de ódio, desenvolveram uma abordagem empírica para identificar casos de violência contra as mulheres. Foram identificados cinco tipos de violência contra as mulheres na política: física, psicológica, sexual, econômica e semiótica.

Foram detectados seis critérios para identificar discriminação (sem necessidade da presença dos seis no mesmo caso): o ofensor faz comentários orais, declarações escritas ou gestos de discriminação; o ofensor deixa desenhos, símbolos ou grafites discriminantes; a vítima estava engajada em atividades relacionadas com seu grupo identitário; o ofensor estava previamente envolvido em um incidente similar ou é membro de grupo de ódio; grande parte da comunidade em que o evento ocorreu o percebe como discriminação; e a vítima foi avaliada negativamente de acordo com o padrão. Esses critérios foram testados para analisar três casos: o assassinato de Benazir Bhutto, o impeachment de Dilma Rousseff e o assassinato de Jo Cox. Verificou-se que os casos da Dilma Rousseff e da Jo Cox se caracterizam como violência contra as mulheres na política. O caso de Benazir é considerado como violência. Concluiu-se que o conhecimento das várias formas de violência auxilia no desenvolvimento das soluções, com novas legislações e na revisão das já existentes (Krook & Sanín, 2019).

Bardall (2019) traz uma reflexão sobre a violência simbólica, com o objetivo de aprofundar na análise das formas simbólicas de violência contra as mulheres na política. A autora defende que a violência simbólica não deveria entrar na categoria de violência contra as mulheres na política, porque possui diferentes características dos outros tipos de violência, incluindo sua forma, efeitos, motivos e pela inabilidade de documentá-lo com dados qualitativos. Para a autora, a violência simbólica deve ser estudada com outras teorias de controle social e dominação, trazendo autores como Bourdieu.

A violência simbólica por definição é legitimada e não é reconhecida como uma violação nem pelas vítimas ou pelos autores ou por uma norma internacional, ou seja, não há uma forma consistente de definir um padrão de mensuração para a violência simbólica. A autora defende que a inclusão das mulheres na política enfrenta muitas barreiras, incluindo a violência e os obstáculos estruturais, às vezes simbólicos, que devem ser analisados e abordados como problemas distintos, mesmo que estejam relacionados (Bardall, 2019).

Krook e Sanín (2016a) realizaram um artigo de revisão com o intuito de pesquisar como o conceito de violência contra as mulheres na política foi definido por acadêmicos e profissionais em toda a América Latina, recorrendo a dados globais e pesquisas em várias disciplinas para propor a expansão desse conceito para incluir duas outras formas de violência. As autoras apresentam exemplos dos tipos de violência nos países da América Latina. Verificou-se que a violência contra as mulheres na política pode ser considerada como uma ameaça à democracia, devendo haver iniciativas do Legislativo dos países para combater a violência e maior mobilização da mídia para expor e combater os casos.

Já Piscopo (2016) reforça a importância e urgência da abordagem sobre violência contra as mulheres na política. A autora faz críticas ao artigo escrito por Krook e Sanín (2016a) na conceituação do fenômeno da violência contra as mulheres na política, afirmando que as autoras aceitaram as definições do fenômeno feita por ativistas sem críticas, além disso a autora defende que a violência contra mulheres na política pode ser explicada pela violência contra políticos e pela violência na sociedade. Por fim, a autora defende que alguns autores negligenciam o contexto sociopolítico mais amplo e ignoram a complexidade da violência, a impunidade e a capacidade do Estado na América Latina.

Em um novo artigo, Krook e Sanín (2016b) respondem os questionamentos de Piscopo (2016). As autoras defendem que a pesquisa foi realmente inspirada pelo trabalho de mulheres políticas e ativistas, usando seus entendimentos como ponto de partida para a análise do fenômeno da violência contra as mulheres na política, porém se baseando em literaturas acadêmicas na história, ciências políticas, sociologia e psicologia, defendendo também a união entre a teoria e a prática na conceptualização dos fenômenos. Além disso, as autoras sustentam que a violência contra as mulheres na política é um fenômeno separado da violência contra políticos e da sociedade em geral, já que essa violência tem a intenção de mostrar para as mulheres e a sociedade que elas não deveriam fazer parte da política. Argumentaram-se também que a violência contra as mulheres na política não é um fenômeno apenas da América Latina, mas sim de todo o mundo, e para comprovar, as autoras apresentam alguns exemplos em outros países.

Krook e Sanín (2016b) explicam que enquanto ativistas na América Latina enquadraram a violência contra as mulheres na política como crime eleitoral, esses atos certamente devem ter dimensões criminais, representando um sério desafio à democracia, direitos humanos e igualdade de gênero. Defendem que a legislação pode ser valiosa mesmo se houver pouca implementação, pois uma lei estabelece que o comportamento em questão está errado, validando a violência contra as mulheres na política como um problema e capacitando as vítimas para obter alguma medida de justiça, ainda que imperfeita.

E, por último, soluções baseadas no estado podem oferecer apenas um meio de combater a violência contra as mulheres na política, já que as autoras enfatizam que estratégias multifacetadas são necessárias, envolvendo uma série de atores: parlamentos, partidos políticos e grupos da sociedade civil, para combater as muitas formas de atos de violência. Como conclusão, defende-se que acadêmicos e profissionais devem trabalhar juntos para prevenir a violência contra as mulheres na política, criando novas normas que desnaturalizam essa violência e a tornam inaceitável, e punindo a violência contra as mulheres na política, com a imposição de sanções (Krook & Sanín, 2016b).

Mulheres na política e representação nas mídias

O'Neill, Savigny e Cann (2016) pesquisaram como as mulheres na política são vistas na mídia, analisando amostras de cobertura de sete jornais ingleses em um período de 1992, 2002, 2012. Intentou-se responder as seguintes perguntas: qual a percentagem de homens e de mulheres e como isso se relaciona proporcionalmente à sua representação no parlamento? Qual é o foco da cobertura e de que maneira as reportagens mudaram nos últimos 20 anos? Verificou-se pela amostra coletada que as mulheres estão se tornando menos visíveis ao longo das décadas pesquisadas. As mulheres são citadas com menos frequência do que há 20 anos, quando havia menos mulheres no parlamento. Sobre o foco da cobertura, os deputados homens aparecem 11% mais frequentes em reportagens políticas ao longo dos anos da amostra. Por outro lado, as mulheres parlamentares aparecem cerca de 14% mais frequentes em reportagens relacionadas à sociedade ou eventos em geral.

Concluiu-se que, embora as mulheres tenham feito um progresso em sua representação na política (9.2% em 1992, 17.9% em 2002 e 22% em 2012), seus interesses permanecem estritamente definidos e homogêneos em torno de visões patriarcais tradicionais. Ou seja, as mulheres na política ainda são 'alheias', já que algumas reportagens sobre mulheres se concentram mais na aparência do que na capacidade ou reduzem as mulheres a estereótipos, e os homens continuam a dominar as reportagens políticas (O'Neill, Savigny & Cann, 2016).

Treviño e Bonfiglio (2016) analisaram três casos de discriminação sexista divulgados na imprensa contra candidatas no período prévio ao processo eleitoral, em junho de 2015, em um estado no noroeste mexicano. Os casos são da deputada Leticia Benvenuti e das candidatas ao posto de governadora Ivonne Álvarez e Margarita Arellanes. Verificou-se que

em todos os casos, a discriminação e a desigualdade de mulheres que detêm ou aspiram a obtenção de uma posição no governo mexicano são avaliadas com base em preconceitos sexistas, para serem desacreditadas pelo seu povo.

Zemojtel-Piotrowska et al. (2017) realizaram uma pesquisa com o objetivo de verificar como as reações aos políticos envolvidos em escândalos podem diferir em função do tipo de escândalo e do gênero. Concentrando em escândalos de corrupção e sexual, foi realizada uma pesquisa quantitativa com dois estudos piloto, com uma amostra heterogênea de 798 indivíduos que vivem na Polônia. Os resultados sugerem que as mulheres envolvidas em escândalos foram avaliadas menos favoravelmente em todas as dimensões: elegibilidade, moralidade e competência, quando comparados aos políticos do sexo masculino. Para os homens políticos, o envolvimento em escândalos não afetou a avaliação da competência, ao contrário do que foi encontrado para as mulheres.

Como a Hungria (10.1%) e Romênia (11.5%) são os países com a menor porcentagem de participação de mulheres na política da União Europeia, Norocel (2018) realizou uma análise para comparar a performance de gênero na mídia social facebook no ano de 2014. Foram dois níveis de análises: primeiro teoricamente, a continuidade da direita conservadora nos dois países e, segundo empiricamente, as campanhas nas mídias sociais de quatro mulheres na política, que fazem parte dessa continuidade ideológica, com as temáticas: experiência na maternidade e família e, preocupações com desafios de mulheres na política.

Observou-se que há uma predominância da performance da maternidade para as mulheres que participam da política, reiterando a ideologia conservadora esperada pelo tradicional papel de gênero para as mulheres. Porém, elas utilizam esses discursos de forma diferente: uma utiliza a maternidade como instrumento para dar visibilidade, enquanto as outras utilizam na tentativa de aumentar seus repertórios do discurso de gênero. Portanto, elas reforçam os estereótipos de gênero na política da Hungria e Romênia (Norocel, 2018).

Rajaratnam e Rycker (2018) defendem que a forma como a mídia descreve as mulheres na política ou mulheres candidatas constitui uma importante área de pesquisa. Teve-se o objetivo de comparar e contrastar as notícias de mulheres candidatas em duas eleições gerais na Malásia. As notícias foram extraídas do jornal online de maior independência do país, no período eleitoral de 2008 e 2013. Como técnica de análise de dados foi utilizada a análise qualitativa de conteúdo, com foco nas manchetes. Percebeu-se que houve um aumento na participação de mulheres candidatas de 40% nas eleições de 2008 e 2013. A pesquisa mostrou que, no jornal estudado, a representação das mulheres na política na mídia mudou de notícias que abordavam estereótipos de gênero para a construção de uma identidade política.

Turska-Kawa e Olszanecka-Marmola (2018) buscaram verificar se as mulheres na política na Polônia são percebidas pela visão do estereótipo de gênero. Para tanto, foi realizada uma comparação das categorias descritivas das percepções de homens e mulheres na política, levando em consideração três variáveis: gênero dos respondentes, interesse deles por política e ideologia que eles se identificam na política. Realizou-se a pesquisa em dois estágios. Primeiro, um estudo piloto que entrevistou 100 pessoas, que foram questionados por duas perguntas: com o que você associa as mulheres que participam da política, e com o que você associa os homens. Foram colhidas 146 qualidades para os gêneros e selecionadas 50 características para as mulheres e 50 para os homens. No segundo estágio, utilizou-se o survey com a escala de sete pontos, sendo 447 respondentes, 276 mulheres e 171 homens.

Encontrou-se traços de solidariedade de gênero: mulheres foram significativamente mais propensas a atribuir habilidades políticas, de compostura, aparência pública e sentido do dever público para as mulheres, ao mesmo tempo que os homens também atribuíam características equivalentes aos homens na política. Verificou-se que o interesse na política não afeta significativamente as percepções. Sobre o impacto da identificação ideológica na política, pessoas com ideologia da direita afetam a percepção dos homens na política, porém

não afetam a percepção para mulheres. Concluiu-se que as mulheres são percebidas pelo estereótipo de gênero, sendo consideradas mais empáticas, confiáveis, consensuais e interessadas no cuidado dos outros (Turska-Kawa & Olszanecka-Marmola, 2018).

Bejanaro (2019) analisou a discussão política que suscitou em uma moção apresentada na Assembleia Legislativa na Costa Rica, em 1954, para promover a inserção de mulheres em cargos públicos de alta responsabilidade. Para tanto, realizou-se a revisão documental dos exemplares do Diário de Costa Rica e A República, bem como notícias, entrevistas dadas por deputados e deputadas e as atas das sessões da Assembleia legislativa com as discussões da proposta. A moção apresentada, considerada como uma incipiente ação afirmativa, tentou inserir as mulheres como uma das quatro pessoas que deviam integrar a junta diretiva do Instituto Nacional de Moradia e Urbanismo. As opiniões foram divididas e a mídia foi um dos meios utilizados para os grupos políticos publicarem suas posições ideológicas. Concluiu-se que o acesso efetivo das mulheres em postos públicos e sua condição como cidadã não foram pautas relevantes e prioritárias, visto que na época as pessoas consideravam que existia a igualdade entre homens e mulheres, por estar descrita na Constituição.

Rheault, Rayment e Musulan (2019) realizaram uma pesquisa que teve o objetivo de sistematizar os insultos e comentários depreciativos que são enviados via mídias sociais para pessoas que se envolvem na política, e a diferença entre mulheres e homens. O estudo analisou 2 milhões de mensagens enviadas a políticos dos Estados Unidos (100 Senadores – 21 mulheres) e do Canadá (195 políticos – 73 mulheres) na plataforma do Twitter. São duas hipóteses consideradas: h1-as mulheres na política recebem mais mensagens incivis do que homens; h2-mulheres na política são mais marcadas pela incivildade quanto maior seu status.

A partir de uma pesquisa quantitativa, verificou-se que 11% das mensagens enviadas para os políticos canadenses possuem incivildade e 15% para os Senadores estadunidenses. Além disso, os autores refutaram a hipótese 1 e não refutaram a hipótese 2, já que a pesquisa mostrou que as mulheres que alcançam posições mais altas na política são mais propensas a receber mensagens incivis do que seus colegas homens (Rheault, Rayment & Musulan, 2019).

Susilo e Sugihartati (2019) questionaram a posição das mulheres ministras da Indonésia por meio da perspectiva de cidadãos na internet que reagiram a notícias relacionadas a essas mulheres. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, através da análise de discurso digital de comentários no Facebook do jornal Detik.com, com dados de 1º-01 a 31-12 de 2017. Verificou-se que as mulheres na política não podem ser classificadas como não naturais ou incomuns. Por um lado, elas ganham poder na política, por outro, elas se tornam fracas por causa da perspectiva misógina dos cidadãos. E como a mídia ainda faz reportagens mostrando as mulheres como fracas, ainda permanece o fortalecimento dos estereótipos.

Murphy e Rek (2019) analisam um conjunto de dados que mede a quantidade semanal de cobertura jornalística nacional e local dos candidatos de 2015 para as eleições gerais da Inglaterra. Foram analisados 34 círculos eleitorais mais marginais no país, envolvendo pelo menos uma candidata, sendo 72 candidatos o *corpus* da pesquisa e abrangendo 31 jornais locais e 6 nacionais. As edições online foram monitoradas pelos 39 dias da campanha eleitoral, utilizando o software NVivo para identificação dos candidatos nos artigos, encontrando 1.142 artigos. Foram encontrados 02 *outliers* e, com isso, eles foram excluídos. Os resultados sugerem que, em média, o sexo feminino ganhou um pouco mais de cobertura da mídia do que o sexo masculino (cerca de 44% de uma menção adicional na imprensa local e 9% de uma menção adicional na imprensa nacional), contrariando alguns estudos que afirmavam que as mulheres candidatas tinham uma cobertura menor na mídia.

Pérez e Villacis (2019) tiveram o objetivo de contrastar a bibliografia internacional e do Equador sobre a representação de mulheres candidatas na política, bem como analisar a cobertura das mulheres nos meios de comunicação. Por meio de uma revisão de bibliografia, abordando a participação de gênero na política e cobertura da mídia, e abrangendo o campo

internacional e contrastando-o com o aspecto regional e local, verificou-se que a mulher ainda carrega desigualdades de gênero na política e a cobertura da mídia é decisiva na imagem que é apresentada dos candidatos, influenciando a decisão dos cidadãos. Para as autoras, a mulher candidata deve desenvolver estratégias que aprimoram seus pontos fortes e habilidades.

Rodal e Fuertes (2018) analisam o papel dos 11 noticiários de televisão na construção da imagem de mulheres na política, a partir do caso de Carolina Bescansa, que foi ao Congresso com seu bebê no dia em que o Parlamento espanhol foi constituído em 13 de janeiro de 2016. O objetivo foi verificar como as notícias foram divulgadas nos diferentes canais de televisão da Espanha: quais representantes dos partidos políticos entrevistaram, quanto tempo eles receberam a palavra, e qual foi especialmente o argumento utilizado pelos participantes principalmente para desqualificar a decisão da Bescansa.

Observou-se que Carolina e seu bebê foram os assuntos mais comentados na mídia naquele dia. Verificou-se que foram 09 pessoas, 05 homens e 04 mulheres, que opinaram na mídia sobre o fato, incluindo Carolina. Ela foi caracterizada como uma pessoa frívola que instrumentalizou seu filho e pouco foi dito sobre o que ela propôs como tema de debate: a conciliação entre vida pública e privada. Observou-se que os jornais mostraram pouco as falas de Carolina e focaram nas falas de seus colegas. O caso de Carolina mostra o estereótipo da mãe-mulher que podem ser criticadas pelo pecado materno: usar seus filhos para alcançar objetivos espúrios, para chamar a atenção das câmeras (Rodal & Fuertes, 2018).

Cárdenas (2019) analisou a comunicação verbal e não verbal dos discursos realizados durante a inauguração das três principais autoridades do poder legislativo do Equador: Gabriela Rivadeneira, eleita presidente da Assembleia Nacional; Rosana Alvarado, primeira vice-presidente; e Marcela Aguiñaga, segunda vice-presidente. A autora justifica sua pesquisa, pois essa eleição tem especial relevância no país: primeira vez uma mulher foi escolhida como primeira autoridade do legislativo; aos 29 anos, Rivadeneira se tornou a presidente mais jovem de um parlamento na América; primeira legislatura em que 39% da assembleia são mulheres; primeira vez que três mulheres atingem cargos de poder mais altos.

Para a análise verbal, utilizou-se os elementos da Retórica de Aristóteles, que identifica o tipo de discurso pronunciado por cada uma, seu objetivo e quais materiais de credibilidade, argumento e demonstração dramática. Para a análise não-verbal, o foco dos autores foi nos vários elementos de paralinguagem, interpretação corporal e artefatos. Verificou-se que as três legisladoras buscam projetar as características identificadoras de gênero e a cultura que representam. Embora as três pareçam ter estilos diferentes de comunicação, na realidade elas formam um todo que se complementa, elas representam três das regiões mais importantes do país (planalto norte e central, planalto sul e costa), o que os torna um elemento articulador em meio a distâncias físicas e culturais (Cádenas, 2019).

Mulheres na política, normas sociais e feminismos

Villarga (2015) realizou uma pesquisa que buscou descrever qual tem sido o impacto do feminismo na política Paraguaia e, também, explicar os fatores que tem influenciado o movimento feminista Kuña Pyrenda nas eleições presidenciais de 2013. A autora explica que esse movimento surgiu pelo contexto político conservador paraguaio, que possui raízes no clientelismo e patriarcado, apresentando poucas políticas com perspectiva de gênero. Dessa forma, verifica-se uma grande assimetria entre homens e mulheres no poder político do Paraguai, conforme os resultados eleitorais de 2008 e 2013. A participação nas eleições políticas do movimento feminista de 2013 não foi significativa, e pode se atribuir essa questão pelo fato do movimento levantar questões polêmicas (legalização do aborto, reforma agrária, agrotóxicos, adoção entre casais do mesmo sexo) em um país com um eleitorado conservador.

Maillé (2015) examinou as iniciativas de movimentos de mulheres canadenses e estadunidenses para combater o problema do baixo número de mulheres eleitas nos

parlamentos desses países. O estudo tentou comparar as iniciativas apresentadas nos EUA e Canadá para aumentar o número de mulheres eleitas no sistema eleitoral *first-past-the-post* (FPTP), considerado como um sistema em que a implementação de cotas para as mulheres é mais complicada. Verificou-se que existem algumas iniciativas mais visíveis de movimentos femininos que trabalham a favor da promoção da mulher na política, porém os grupos estudados resumem suas atividades em uma tentativa de treinar mulheres para política eleitoral, a fim de transmitir as habilidades que as tornarão potenciais candidatas. Esses grupos não mobilizam para a solicitação das cotas de gênero na política, auxiliando na permanência da estrutura que excluem as mulheres do poder. Por fim, esses programas de treinamento existem há mais de uma década e não apresentam um impacto real no aumento do número de mulheres eleitas, reafirmando a necessidade de políticas mais efetivas.

Com o objetivo de verificar se as normas sociais afetam a participação da força de trabalho feminina nos EUA, Aygün (2017) realizou um estudo utilizando a eleição de mulheres (governadoras e senadoras) como indicador da mudança das normas sociais. A pesquisa se caracteriza como quantitativa, por meio do desenho de regressão descontínuo, comparando as mudanças na força de trabalho feminina em estados em que mulheres foram eleitas com uma margem pequena e em estados em que mulheres perderam a eleição com uma margem pequena. Os dados das eleições foram coletados das Eleições Presidenciais e do Congresso no período de 1990 a 2012. A hipótese nula do estudo é de que não há efeito entre as mulheres governadoras e senadoras na participação de mulheres na força de trabalho. Verificou-se que a hipótese nula não pode ser rejeitada, já que não se comprovou que as mulheres eleitas têm algum efeito na participação da força de trabalho feminina.

É geral o pressuposto de que feminismo é um movimento ligado às posições políticas de esquerda. Com isso, Berthezène & Gottlieb (2019) reconsideraram e situaram o lugar de mulheres conservadoras na história da emancipação política das mulheres, pelo fato de que, na Inglaterra, as duas únicas mulheres que foram Primeiras Ministras são conservadoras e seus partidos foram motivadores e mobilizaram mulheres dentro e fora das eleições. Verificou-se que no período entre 1979 e 2005, as mulheres conservadoras constantemente negaram que elas eram feministas, porém, apoiavam políticas que podem ser entendidas como feministas. Após esse período a situação foi reversar, por causa do feminismo neoliberal que se tornou mais comum no discurso político dos partidos conservadores. Dessa forma, as autoras convidam as conservadoras a reconsiderarem os termos do debate.

O quadro 1 apresenta um resumo sobre as categorias temáticas desta pesquisa.

Quadro 1 – Características dos artigos da Pesquisa

Categorias	Pontos Importantes	Autores e Ano	Periódicos
Participação de mulheres na política e políticas institucionais	<ul style="list-style-type: none"> - Sub-representação de mulheres em todos os países estudados; - Política ainda é uma arena dominada pelos homens e pelo masculino. 	Barrow-Giles (2015); Antoniuk (2015); Bogdanović (2016); Inguanzo (2016); Jensenius (2016); Treviño & Bonfiglio (2016); Felger, Lesinger & Tanta (2017); Almeida (2018); Opoku, Anyango & Alupo (2018); Baskaran & Hessami (2018); Kalaramadam (2018); Suzuki & Avellaneda (2018); Goddard (2019); Riley (2019); Moniruzzaman & Farzana (2019); Bejanaro (2019); Schmidt (2020).	Commonwealth & Comparative Politics; Eastern Journal of European Studies; Sociologija; Análisis Político; Government and Opposition; Review of Contemporary Business, Entrepreneurship and Economic Issues; Revista de Sociologia e Política; Multidisciplinary Journal of Gender Studies; American Economic Journal: Economic Policy; Journal of South Asian Development; Public Management Review; European Journal of Political Research; PoLAR: Political and Legal Anthropology Review; Intellectual Discourse; Historia y Comunicación Social; Apuntes.
Violência contra mulheres na política	<ul style="list-style-type: none"> - Abordagem ainda em construção; - Tentativa de conceituação e classificação dos autores; - Poucos países apresentam legislação de criminalização. 	Krook & Sanín (2016a); Krook & Sanín (2016b); Piscopo (2016); Zemojtel-Piotrowska et al. (2017); Ballington (2018); Krook (2018a); Kuperberg (2018); Krook (2018b); Sanín (2018); Krook & Sanín (2019); Bardall (2019)	Política y gobierno; Anales de Psicología/Annals of Psychology; Politics & Gender; The Political Quarterly; Politics & Gender; Perspectives on Politics; Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales.
Mulheres na política e	<ul style="list-style-type: none"> - Mulheres retratadas pelos estereótipos de gênero; 	O'Neill, Savigny & Cann (2016); Treviño & Bonfiglio (2016); Norocel	Feminist Media Studies; Revista de Estudos da Linguagem; Politics and Governance; Politics in

representação nas mídias	- Reportagens de mulheres tratam pouco sobre assuntos políticos e mais sobre aparência e assuntos pessoais.	(2018); Turska-Kawa & Olszanecka-Marmola (2018); Rajaratnam & Rycker (2018); Rodal & Fuertes (2018); Rheault, Rayment & Musulan (2019); Susilo & Sugihartati (2019); Murphy & Rek (2019); Pérez & Villacis (2019); Cárdenas (2019)	Central Europe; Jurnal Komunikasi; Malaysian Journal of Communication; Revista de Comunicación 'Vivat Academia'; Perspectives on Politics; Research & Politics; Humanities & Social Sciences Reviews; Parliamentary Affairs; Revista San Gregorio; Revista de Comunicación de la SEECI.
Mulheres na política, normas sociais e feminismos	- Importância dos movimentos feministas para as mulheres na política.	Maillé (2015); Villarga (2015); Aygün (2017); Berthezène & Gottlieb (2019)	European journal of American studies; Ciencia Política; Bogazici Journal: Review of Social, Economic & Administrative Studies; Women's History Review.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo a realização de uma revisão sistemática da produção científica internacional sobre mulheres na política, para entender como é estudada essa temática e fomentar futuras pesquisas para a área de administração. O período da busca foi de 2015 a 2020, nas bases de dados Scopus e Web of Sciences.

Os 42 estudos apresentados sugerem um aumento no número de publicações ao longo dos anos, verificou-se que há uma concentração no número de artigos nos anos de 2018 (15 artigos) e 2019 (12), bem como uma diversidade de contextos, de países, de autoria e de abordagens para a temática mulheres na política nas publicações internacionais. Observou-se a existência de várias pesquisas com a metodologia de natureza quantitativa, o difere dos achados da pesquisa sobre a temática realizada pelas mesmas autoras no contexto brasileiro, que foram de totalidade qualitativa.

Na categoria Participação de mulheres na política e políticas institucionais, percebeu-se que há uma sub-representação de mulheres em todos os países estudados, sendo apresentada a especificidade de cada país, comprovando que a política ainda é uma arena dominada pelos homens e pelo masculino. Além disso, verificou-se que a implementação de políticas públicas em vários países, principalmente de cotas, na tentativa de aumentar a representação delas. Porém, os estudos apresentados mostram que essas tentativas falharam e não resultaram em um aumento significativo das mulheres na política.

Sobre a categoria da Violência contra as mulheres na política, verifica-se que ainda é uma abordagem em construção, com a tentativa dos pesquisadores na conceituação, mensuração e criminalização da violência contra as mulheres nesse espaço. Apesar dos estudos verificarem que a violência ocorre em todo o mundo, ainda são poucos os países que possuem uma legislação e a reconhecem criminalmente. É interessante notar que a autora Krook apresenta cinco estudos sobre violência contra mulheres na política, podendo ser considerada como referência no assunto.

Acerca de Mulheres na política e representação nas mídias, a maioria dos estudos comprovaram o fato das mulheres serem menos pautadas em assuntos sobre a política, sendo retratadas pelos estereótipos de gênero nas mídias, abordado principalmente sobre sua aparência, idade, os relacionamentos familiares ou amorosos. Ou seja, a mídia quando trata de mulheres candidatas ou eleitas traz assuntos não relacionados à política.

Por último, Mulheres na política, normas sociais e feminismos apresenta a importância dos movimentos feministas na participação das mulheres na política, contribuindo para a inserção de mais mulheres nesse espaço. Porém, verifica-se que foram poucos estudos encontrados que apresentam um caminho para discussão de mulheres na política por meio do feminismo.

Portanto, verificou-se que há uma quantidade razoável de artigos que abordam a temática mulheres na política no meio internacional. Este estudo contribui para a literatura sobre mulheres e participação na política, evidenciando que as pesquisas sobre as mulheres na política estão aumentando internacionalmente e que são múltiplas as abordagens, os contextos

e categorias temáticas que podem ser estudadas nesse ambiente ainda dominado pelos homens. Para futuras pesquisas, sugere-se que sejam realizados estudos nas estruturas partidárias, que segundo Almeida (2018), são ainda um obstáculo para a presença de mulheres na política. Além disso, a realização de estudos em espaços como ONGs, que de acordo com Moniruzzaman e Farzana (2019) registra melhor visibilidade para as mulheres na política.

Referências

- Almeida, M. A. D. F. P. (2018). Women Mayors in Portugal: a case study in political representation and citizenship. *Revista de Sociologia e Política*, 26(68), 27-42.
- Antoniuk, L. (2015). A new vision of Ukrainian politics or another political trick: reflections on the role of the electoral quota for women in Ukraine and its results. *Eastern Journal of European Studies*, 6(2), 131-158.
- Aygün, A. (2017). Social Norms and Women in the Labor Force. *Bogazici Journal: Review of Social, Economic & Administrative Studies*, 31(1).
- Ballington, J. (2018). Turning the Tide on Violence against Women in Politics: How Are We Measuring Up?. *Politics & Gender*, 14(4), 695-701.
- Bardall, G. (2020). Symbolic Violence as a Form of Violence against Women in Politics: A Critical Examination. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 65(238), 379-389.
- Barrow-Giles, C. (2015). Beyond the status quo, centring women in the Westminster system in the Commonwealth Caribbean: a preliminary analysis. *Commonwealth & Comparative Politics*, 53(1), 49-70.
- Baskaran, T., & Hessami, Z. (2018). Does the election of a female leader clear the way for more women in politics? *American Economic Journal: Economic Policy*, 10(3), 95-121.
- Bejarano, S. M. (2019). Derechos políticos de las mujeres: una incipiente acción afirmativa en Costa Rica. *Historia y Comunicación Social*, 24(1), 29.
- Berthezène, C., & Gottlieb, J. V. (2019). Considering conservative women in the gendering of modern British politics. *Women's History Review*, 28(2), 189-193.
- Bogdanović, M. (2016). Women in Politics—The case of Serbia. *Sociologija*, 58(1), 113-125.
- Cárdenas, G. P. (2019). Women in the legislative power of Ecuador: Analysis from verbal and non-verbal communication. *Revista de Comunicación de la SEECI*. (49), 81-102.
- Felger, B., Lesinger, G., & Tanta, I. (2017). Discrimination of women in management positions in politics in Croatia—the case of political participation in government management between 1990 and 2016. *Ekonomski vjesnik/Econviews-Review of Contemporary Business, Entrepreneurship and Economic Issues*, 30(2), 325-337.
- Goddard, D. (2019). Entering the men's domain? Gender and portfolio allocation in European governments. *European Journal of Political Research*, 58(2), 631-655.
- Inguanzo, I. (2016). Las mujeres en las esferas políticas asiáticas. *Análisis Político*, 29(86), 74-94.
- Kalaramadam, S. (2018). Presence into participation and representation: Gender quotas in local governance in India. *Journal of South Asian Development*, 13(1), 1-23.
- Krook, M. L. (2018a). Violence against women in politics: A rising global trend. *Politics & Gender*, 14(4), 673-675.
- Krook, M. L. (2018b). Westminster too: On sexual harassment in British politics. *The Political Quarterly*, 89(1), 65-72.
- Krook, M. L., & Sanin, J. R. (2016a). Gender and political violence in Latin America: concepts, debates and solutions. *Política y gobierno*, 23(1), 127-162.
- Krook, M., & Sanin, J. R. (2016b). Violence against women in politics: A defense of the concept. *Política y gobierno*, 23(2), 459-490.
- Krook, M. L., & Sanín, J. R. (2019). The Cost of Doing Politics? Analyzing Violence and Harassment against Female Politicians. *Perspectives on Politics*, 1-16.

- Kuperberg, R. (2018). Intersectional violence against women in politics. *Politics & Gender*, 14(4), 685-690.
- Jensenius, F. R. (2016). Competing inequalities? On the intersection of gender and ethnicity in candidate nominations in Indian elections. *Government and Opposition*, 51(3), 440-463.
- Maillé, C. (2015). Feminist interventions in political representation in the United States and Canada: Training programs and legal quotas. *European journal of American studies*, 10(10-1).
- Moniruzzaman, M., & Farzana, K. F. (2019). Religion, Society and Gendered-Politics in Central Asia: A comparative analysis. *Intellectual Discourse*, 27(SI# 1), 745-766.
- Norocel, O. C. (2018). Antifeminist and “truly liberated”: Conservative performances of gender by women politicians in Hungary and Romania. *Politics and Governance*, 6(3), 43-54.
- Murphy, J., & Rek, B. (2019). Candidate Gender and the Media Attention in the 2015 UK General Election. *Parliamentary Affairs*, 72(2), 290-311.
- O'Neill, D., Savigny, H., & Cann, V. (2016). Women politicians in the UK press: not seen and not heard?. *Feminist Media Studies*, 16(2), 293-307.
- Opoku, M. P., Anyango, B., & Alupo, B. A. (2018). Women in politics in Kenya: an analysis of participation and barriers. *Multidisciplinary Journal of Gender Studies*, 7(1), 1506-1530.
- Piscopo, J. M. (2016). State capacity, criminal justice, and political rights: Rethinking violence against women in politics. *Política y gobierno*, 23(2), 437-458.
- Pérez, M. E. T., & Villacis, P. D. L. M. M. (2018). Guerra de sexos en política. Una mirada de género. *Revista San Gregorio*, (22), 104-115.
- Rajaratnam, U. D., & Rycker, A. (2018). From Gender Stereotyping to Constructing Political Identity: Changes in Malaysiakini's Portrayal of Women Candidates during Malaysia's 2008 and 2013 General Elections. *Jurnal Komunikasi: Malaysian Journal of Communication*, 34(1), 218-237.
- Rheault, L., Rayment, E., & Musulan, A. (2019). Politicians in the line of fire: Incivility and the treatment of women on social media. *Research & Politics*, 6(1), 1-7.
- Schmidt, G. D. (2020). Are open or closed lists better for women?: Comparing Lima and the provinces in Peru. *Apuntes*, 86, 147-169.
- Rodal, A. B., & Fuertes, M. S. (2018). The personal is political: a baby in the session of constitution of the general courts. The television treatment of the case of Carolina Bescansa and her son (January 13, 2016). *Revista de Comunicación 'Vivat Academia'*, (142), 79-96.
- Sanín, J. R. (2018). The law and violence against women in politics. *Politics & Gender*, 14(4), 676-680.
- Susilo, D., & Sugihartati, R. (2019). Being power and powerless: Dynamics on Indonesian women's minister. *Humanities & Social Sciences Reviews*, 7(5), 551-555.
- Suzuki, K., & Avellaneda, C. N. (2018). Women and risk-taking behaviour in local public finance. *Public Management Review*, 20(12), 1741-1767.
- Riley, E. J. (2019). The Politics of Teranga: Gender, Hospitality, and Power in Senegal. *PoLAR: Political and Legal Anthropology Review*, 42(1), 110-124.
- Treviño, M. E. F., & Bonfiglio, J. M. I. (2016). Desigualdad de género en la política mexicana. *Revista de Estudos da Linguagem*, 24(3), 923-953.
- Turska-Kawa, A., & Olszanecka-Marmola, A. (2018). Stereotypes Determining Perceptions of Female Politicians: The Case of Poland. *Politics in Central Europe*, 14(3), 7-30.
- Villarga, S. C. (2015). De residentas a presidentas: la procelosa participación de la mujer paraguaya en la política y la emergencia del movimiento político feminista Kuña Pyrenda. *Ciencia Política*, 10(20), 219-241.
- Żemojtel-Piotrowska, M. A., Marganski, A., Baran, T., & Piotrowski, J. (2017). Corruption and sexual scandal: The importance of politician gender. *Anales de Psicología/Annals of Psychology*, 33(1), 133-141.